

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA ITAIPU BINACIONAL.

CONCORRÊNCIA BINACIONAL Nº EF 181123.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF nº 13.098.174/0001-80**, com sede na Al Rio Negro, 1030, Stadium Escritório 206, ALPHAV, Barueri-SP, CEP 06.454-000, por intermédio do seu sócio administrador, **JORGE LUIZ MENEZES CEREJA**, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no **CPF nº 360.124.400-49**, portador do **RG nº 7026654819**, com endereço profissional, na Al Rio Negro, 1030, Stadium Escritório 206, ALPHAV, Barueri-SP, CEP 06.454-000, vem, respeitosamente, interpor:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº EF 181123

nos termos do item 1.9 do Instrumento Convocatório, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidos.

I-DOS FATOS:

Trata-se de Concorrência, com o objeto de selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de auditoria externa independente.

Acontece que o instrumento convocatório impôs exigências claramente restritivas à competitividade que precisam, urgentemente, serem excluídas/modificadas do instrumento convocatório a fim de que proporcione à Administração a escolha da proposta mais vantajosa sem que, para tanto, o edital esteja eivado de vícios insanáveis, capazes de macular todo o processo.

Nesse contexto, note que o instrumento convocatório, ao tratar do **Julgamento e Classificação das Propostas Técnica e comercial, no item 2.11, subitem 2.11.3.3**, estabeleceu o que segue:

2.11.3.3 Serão considerados como critérios de julgamento técnico, os seguintes quesitos:
(...)

(QT3) Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na *Securities and Exchange Commission - SEC US*:

Pontuação Máxima no Quesito: 30 (trinta) pontos.

Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por empresas listadas na *Securities and Exchange Commission - SEC US*, estabelecida no Brasil ou no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

Mais adiante, no item **2.11.5, ao tratar do cálculo da Nota Técnica (NT)**, o edital estabeleceu, que a nota técnica será obtida pelo soma da nota final dos quesitos, sendo um dos quesitos

QT3 = Quesito 3: Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na *Securities and Exchange Commission - SEC US*.

Além disso, o edital estabeleceu que

2.11.5.2 Será desclassificada a proposta técnica que:

(...)

b) obtiver nota zero em qualquer dos quesitos.

Ocorre, que em consulta ao site¹ da Comissão de Valores Imobiliários dos Estados Unidos, constatou-se que nem a ITAIPU Binacional e tão pouco suas controladoras (Administración Nacional de Electricidad – ANDE e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBPar) estão listadas na *Securities and Exchange Commission – SEC US*, deste modo, resta claro e inequívoco que os itens acima não se sustentam, configurando uma cláusula restritiva à competitividade, as quais devem ser excluídas ou modificadas urgentemente para garantir a lisura do processo licitatório e assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

Da leitura dos dispositivos transcritos, denota-se que as exigências contidas no edital são extremamente restritivas a competitividade, uma vez que

¹ Disponível em: <https://www.sec.gov/edgar/searchedgar/companysearch> Acesso em 14 Fev. 2024.

limitam um leque expressivo de competidores no presente certame, sem qualquer razão;

Ademais, as exigências trazidas nas referidas cláusulas sequer foram devidamente justificadas para que se entendesse as razões pelas quais foram inseridas no instrumento convocatório, sobretudo pelo fato de que entidade licitante e tão pouco as empresas controladoras por ela, estão listadas na *Securities and Exchange Commission – SEC US*.

Deste modo, os itens devem ser excluídos/modificados do instrumento convocatório, a fim de proporcionar uma maior competitividade, permitindo o aumento no número de empresas participantes no certame.

Em razão do exposto, a presente impugnação pretende afastar do procedimento licitatório tais exigências em dissonância com a entidade licitante, através da retificação do instrumento convocatório, de molde a favorecer a melhor eficiência e a busca pelo interesse público maior, além de afastar o cerceamento visível de competidores.

Vale lembrar que, segundo o princípio da autotutela administrativa, compete a Administração Pública **REVER** seus próprios atos de ofício ou quando provocada. Assim, é o que se busca na presente peça, visto que a mesma se constitui em instrumento notadamente benéfico à disputa, pois permite a reanálise do ato aqui impugnado sob o ponto de vista legal, trazendo ao conhecimento dos agentes responsáveis pelo certame as possíveis falhas e inadequações que precisam ser corrigidas, antes do início da licitação.

Esclarecemos que a Impugnante é empresa altamente especializada no ramo de **auditoria externa independente**, possuindo quadro técnico experiente detendo total e irrestrita capacidade técnica, estrutural e tecnológica para executar o objeto licitado, podendo vir a oferecer uma proposta altamente vantajosa e competitiva ao órgão.

Não obstante, a empresa viu-se impedida de participar dada a visível inserção de cláusula altamente restritiva que comprometerão ou mesmo possibilitarão o direcionamento da disputa, deixando a Administração inviabilizada de analisar uma maior quantidade de ofertas.

Tal situação merece urgente reparo pela autoridade administrativa, pois cria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um grupo ínfimo do segmento, ou mesmo a uma empresa específica do ramo, o que, futuramente, pode induzir, mesmo que sem intenção, a indagações de **MÁCULA**.

II- DA TEMPESTIVIDADE:

O edital estabelece, no **item 1.9., que trata da impugnação** que qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar este Caderno de Bases e Condições, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos envelopes contendo a documentação para a habilitação e as propostas técnica e comercial.

Deste modo, considerando que no **anexo I**, ficou estipulada a data de **20/02/2024**, para o recebimento das propostas, denota-se que o prazo derradeiro para a interposição de impugnação encerra-se no dia **14/02/2024**, restando caracterizada a tempestividade da presente peça.

II- DAS RAZÕES DA REFORMA DO EDITAL:

Como se viu, A principal preocupação recai sobre o critério de julgamento técnico estabelecido no item 2.11.3.3 do edital, que atribui peso significativo à experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na *Securities and Exchange Commission (SEC)* dos Estados Unidos. Este critério é determinante para a pontuação máxima no quesito, o que influencia diretamente na avaliação das propostas.

No entanto, ao verificar as informações exigidas pelo edital, constatamos que nem a entidade licitante nem as empresas controladoras por ela estão listadas na *Securities and Exchange Commision – SEC US*. Portanto, a exigência imposta no edital se torna inaplicável e injusta, pois restringe a participação de licitantes que possuam vasta experiência em auditoria independente, mas que não atuam exclusivamente em empresas listadas na SEC.

Além disso, o edital estabelece que qualquer proposta técnica que obtenha nota zero em qualquer dos quesitos será automaticamente desclassificada (item 2.11.5.2, alínea b). Essa disposição pode levar à desclassificação injusta de propostas que, mesmo possuindo experiência relevante em auditoria independente, não atendam ao critério específico mencionado, sobretudo, por não comprovarem Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na *Securities and Exchange Commision – SEC US*.

Neste cenário, vale destacar que competitividade é um dos pilares das licitações públicas, pois visa garantir a participação ampla e efetiva de diversos licitantes, promovendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Contudo, ao ser indispensável a experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na *Securities and Exchange Commission – SEC US*, mesmo a entidade licitante e as empresas por ela controladoras não estando listadas na referida Comissão, há clara violação o princípio da competitividade, excluindo potenciais licitantes que possuam expertise em auditoria independente, mas que não atuem nesse mercado específico, o qual a entidade licitante não pertence.

Ademais, a igualdade de tratamento entre os licitantes é fundamental para garantir a lisura do processo licitatório. A imposição de critérios que favoreçam determinadas empresas em detrimento de outras, viola o princípio da igualdade.

No caso em tela, a exigência de experiência em empresas listadas na SEC dos EUA cria uma disparidade injusta, pois privilegia empresas que atuam nesse mercado em detrimento daquelas que possuem experiência em auditoria independente em outros contextos, sendo agravado pelo fato de que não subsistem razões para tal exigência, pois, como exaustivamente visto, nem a entidade licitante e nem as empresas controladoras por ela estão nesta lista.

Vale lembrar que as licitações públicas devem buscar sempre a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando não apenas o aspecto econômico, mas também a qualidade e a eficiência dos serviços a serem prestados.

Em conformidade com o Acórdão 1251/2022 do Tribunal de Contas da União (TCU):

18.4. dar ciência à Prefeitura Municipal de São Félix - BA, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas na Tomada de Preços 1/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) a exigência contida no item 7.6.3 do edital, **quanto à comprovação da qualificação por meio de atestados de capacidade técnica sem a necessária correspondência com os itens em maior relevância e em valor significativo no objeto da futura contratação, afronta a jurisprudência do TCU (Súmula 263);**

O Acórdão 244/2015 – Plenário, corrobora com o entendimento e faz referência à Súmula 263:

“o entendimento desta Corte pacificado no enunciado da Súmula 263 é no sentido de que a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, **deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair**, simultaneamente, sobre parcelas de maior relevância e de valor significativo”.

Ao restringir a participação de licitantes com vasta experiência em auditoria independente, mas que não atuem exclusivamente em empresas listadas na SEC dos EUA, o edital compromete a eficiência do processo licitatório, limitando a variedade de propostas e, conseqüentemente, a possibilidade de seleção da melhor opção para a Administração.

Portanto, é evidente que a exigência imposta no edital, ao restringir a participação de licitantes com base em critérios que não estão alinhados com os princípios norteadores das licitações públicas, torna-se inaplicável e injusta. Sua exclusão se faz necessária para garantir a observância desses princípios e assegurar a lisura e a transparência do processo licitatório.

DA ALTERAÇÃO DO SUBITEM 2.11.5.2:

Por outro lado, e alternativamente, propõe-se que, caso entenda indispensável no presente certame a manutenção do critério de experiência em auditoria independente de empresas listadas na SEC dos EUA, mesmo que a entidade licitante e suas empresas controladoras não estejam listadas nesse órgão regulador, **que haja alteração da redação do subitem 2.11.5.2 do edital para não desclassificar automaticamente as propostas que obtiverem nota zero em qualquer dos quesitos.**

Assim, para ampliar a competição e garantir que empresas com diferentes perfis e experiências possam participar do certame, é fundamental modificar o critério de desclassificação automática das propostas que obtiverem nota zero em qualquer dos quesitos.

Ao remover essa restrição, permite-se que propostas que, eventualmente, não atinjam os requisitos em um determinado quesito, em especial ao do subitem **2.11.5.2**, mas que apresentem excelência em outras áreas relevantes, não sejam automaticamente descartadas. Isso promove uma competição mais justa e ampla, incentivando a participação de uma gama mais diversificada de licitantes e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Portanto, para a manutenção do critério de experiência em auditoria de empresas listadas na SEC dos EUA, sugere-se a modificação do subitem de desclassificação automática, visando equilibrar a busca por qualidade e expertise com a promoção da competição e da diversidade de participantes no processo licitatório.

II- DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer-se o recebimento da presente impugnação, eis que tempestiva, para que, após análise, seja acolhida a presente para que:

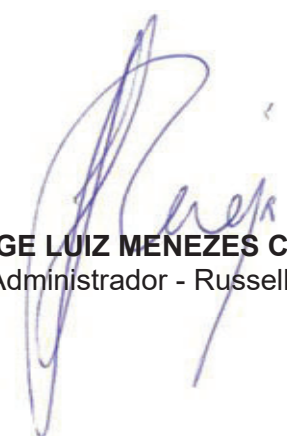
A. O processo tenha seu edital redefinido e republicado, excluindo as limitações contidas no item 2.11.3.3, Quesito (QT3), ou, alternativamente, seja procedida a alteração da redação da letra “b” do subitem 2.11.5.2, excluído a desclassificação das licitantes que obtiverem nota zero em qualquer dos quesitos, pelas razões anteriormente expostas.

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, de forma fundamentada, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão desta autoridade.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não modificados os dispositivos editalícios impugnados, tal decisão certamente não prosperará perante o Poder Judiciário, pela via mandamental, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

Barueri-SP, 14 de fevereiro de 2024.


JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Sócio Administrador - Russell Bedford